



Produção industrial interrompe 2 meses de queda e sobe 0,2% em julho

Comissão aprova MP da taxa das blusinhas: texto segue a plenários

Página 4

Petrobras reajusta preço médio do querosene de aviação em 13,9%

Página 4

Prouni: candidatos já podem consultar selecionados em lista de espera

Os participantes do processo seletivo do Programa Universidade para Todos (Prouni) para o segundo semestre de 2026 já podem consultar o resultado da lista de espera. Para saber se foi selecionado, o estudante que manifestou interesse nesta fase do programa deve acessar o site do Prouni, por meio da conta Gov.br.

A lista de espera é a última etapa no preenchimento das vagas não ocupadas ao longo da primeira e da segunda chamadas do programa. Os selecionados têm até 14 de setembro para entregar a documentação comprobatória junto às instituições de ensino superior.

A comprovação dos dados deve ser realizada diretamente na instituição privada para a qual o estudante foi pré-selecionado. Cada faculdade define o formato de recebimento dos documentos, que pode ser presencial ou por meio de plataforma online.

Confira a lista de documentos necessários: Comprovante de residência atualizado; Comprovantes de rendimento bruto mensal de todos os integrantes do grupo familiar; Comprovante de conclusão do ensino médio em escola da rede pública ou em instituição privada, conforme declarado na inscrição.

Criado em 2005, o programa oferece bolsas de estudo, parciais e integrais, a estudantes de baixa renda que tenham concluído o ensino médio preferencialmente em instituições públicas, ou em colégios privados na condição de bolsista.

Os processos seletivos ocorrem duas vezes ao ano, com oportunidades para ingresso no primeiro e no segundo semestres letivos.

A classificação para a seleção das bolsas do Prouni considera as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

26°C
12°C



Manhã Tarde Noite
Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,10
Venda: 5,10

Turismo
Compra: 5,12
Venda: 5,30

EURO

Compra: 5,91
Venda: 5,91

CCJ do Senado aprova PEC que acaba com jornada 6x1



Foto: Cezar Augusto / Agência Senado

Página 4

Bienal do Livro de São Paulo terá maior edição de sua história

Página 6

Etecs de SP abrem inscrições para quase 90 mil vagas no primeiro semestre de 2027

Página 2

Famílias poderão concluir inventário em cartório sem pagar imposto sobre herança, diz CNJ

Página 5

Nestlé vende divisão de vitaminas e suplementos por US\$ 1 bilhão

Página 3

Esporte

Campeonato Integrado de Kart fará parte do 1º Sul-Americano FIA Karting Arrive and Drive em Imperatriz

A Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA) anunciou a realização do Campeonato Integrado de Kart como parte da programação do 1º Campeonato Sul-Americano FIA Karting Arrive and Drive, que será realizado em outubro, no Kartódromo Internacional de Imperatriz, em Imperatriz (MA).

O 1º Campeonato Integrado de Kart reunirá quatro categorias — Mini, F4 Júnior, F4 e F4 Sênior — com disputas entre os dias 1º e 3 de outubro.

As inscrições já estão abertas no site da CBA: <https://inscricoes.cba.org.br/pt/ eventos/1o-campeonato-integrado-de-kart-2026-1o-campeonato-integrado-de-kart-2026>.

Todas as equipes com pilotos inscritos deverão estar pré-cadastradas pelo link <https://forms.gle/Yv6y6kT2rYDgop> S89 antes da inscrição de seus pilotos.

Cada categoria terá limite de 36 karts no grid. As categorias F4 e F4 Sênior, entretanto, disputarão as provas em grid único, com limite conjunto de 36 inscritos.

O formato da competição contará com uma tomada de tempos e duas baterias classificatórias em cada categoria. Os pilotos somarão pontos ao longo das disputas e o competidor que obtiver a maior pontuação em sua categoria será de-

clarado campeão.

As inscrições estarão abertas até dia 21 de setembro. Até esta data as taxas de inscrição são 1.200 reais (Mini) e 1.500 reais (demais categorias). Após o período, as inscrições poderão ser reabertas a critério da CBA, com reajuste de valores (de acordo com o regulamento).

O pagamento para a locação de motores para todas as categorias também poderá ser efetuado pelo site da CBA ou diretamente com o fornecedor. Até dia 21 de setembro, os valores são 1.380 reais (Mini) e 1.280 reais (demais categorias).

A categoria Mini será aberta a pilotos com idades entre 9 e 12 anos, completados em 2026, portadores das licenças CBA PCK e PJK. Na F4 Júnior, serão admitidos pilotos com idades entre 11 e 14 anos, completados em 2026, portadores das licenças CBA PCK e PJK. A categoria F4 será aberta a pilotos portadores das licenças CBA PCK, PKG, PSK - Am e PSK - Pro e a F4 Sênior aberta a pilotos portadores das licenças CBA PSK - Am e PSK - Pro. Todas devem seguir o Regulamento Técnico da categoria correspondente, conforme previsto no Regulamento Nacional de Kart 2026. Para conferir o regulamento completo, acesse: <https://cba.org.br/uploads/downloads/889/regulamento-geral-campeonato-integrado-de-kart-2026-v2.pdf>



Foto: Fabio Oliveira

Campeonato Integrado de Kart acontecerá em Imperatriz

Palco das competições, o Kartódromo Internacional de Imperatriz passou recentemente por uma nova homologação da Federação Internacional de Automobilismo e é um dos mais completos do país, atendendo aos rigorosos padrões internacionais de segurança, com infraestrutura completa. A disputa acontecerá no traçado de 1.100 metros, sentido horário.

Sul-Americano FIA Karting Arrive and Drive segue com inscrições abertas. Inédito na América do Sul, as inscrições para o FIA Karting Arrive and Drive em Imperatriz também seguem abertas no site da FIA (<https://registrations.fia.com/web/cikregistration.nsf/mydocuments.xsp>).

Serão duas categorias em disputa: Júnior (pilotos nascidos em

duas categorias).

A partir do dia 3 de setembro, havendo vagas disponíveis, o processo será aberto a todos os demais pilotos. No caso da categoria Sênior, também serão admitidos pilotos nascidos entre 2008 e 2012 das outras regiões FIA "Arrive & Drive", bem como para os pilotos sul-americanos e norte-americanos nascidos antes de 2008. Essa segunda etapa será encerrada no dia 9 de setembro.

Além da disputa pelo título continental, o campeonato também vale classificação para a Copa do Mundo FIA Karting Arrive & Drive, que será disputada entre 19 e 22 de novembro, na Malásia. Os 13 primeiros colocados de cada categoria garantirão vaga na competição mundial, desde que atendam aos critérios previstos no regulamento.

Como incentivo adicional, o piloto mais bem colocado entre os classificados de cada categoria receberá a inscrição gratuita para a Copa do Mundo, no valor de 4.150 euros.

Os campeonatos de kart organizados pela Confederação Brasileira de Automobilismo (Copa Brasil e Brasileiro de Kart) têm o patrocínio do Banco BRB, o "Banco Oficial do Automobilismo Brasileiro" e MG Pneus. Mais informações, acesse: www.cba.org.br

A produção da indústria brasileira cresceu 0,2% na passagem de junho para julho. O resultado interrompe dois meses seguidos de queda. Dessa forma, o setor acumula alta de 1,1% ao longo de 2026 e soma expansão de 0,6% nos últimos 12 meses.

Na comparação com julho de 2025, a indústria recuou 0,5%. A média móvel trimestral, que ajuda a identificar a trajetória recen-

te do setor, encolheu 0,8%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada na quarta-feira (2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o IBGE, a variação positiva acumulada em 12 meses (0,6%) representa "ligeira perda de ritmo" em comparação ao acumulado até junho de 2026 (0,7%). Página 3

Casos confirmados de sarampo chegam a 28 em São Paulo

O estado de São Paulo registrou na terça-feira (1) mais dois casos de sarampo, chegando a 28 registrados neste ano. Um bebê e uma mulher de 40 anos foram infectados pelo vírus. A informação foi confirmada pela Secretaria de Saúde no último balanço epidemiológico.

Segundo dados do governo do estado, 25 infecções ocorreram na capital paulista, duas em São Bernardo do Campo e uma em Guarulhos, cidades da região metropolitana da capital paulista.

Vacinação
Durante o mês de agosto, o

estado aplicou mais de 2,5 milhões de doses da vacina contra o sarampo. Do total, 2,4 milhões de aplicações se concentraram em três municípios: capital (2 milhões), Guarulhos (230,1 mil) e São Bernardo do Campo (169,5 mil).

A vacinação em massa é resultado da Campanha de Multivacinação que chegou ao fim na terça-feira, dia 1º de setembro. Também terminaram as ações de estratégia ampliada de imunização contra o sarampo nos três municípios.

A campanha, que teve início no dia 3 de agosto, buscou reforçar a vacinação após o súbito aumento de casos de sa-



Foto/OAS

rampo na região metropolitana de São Paulo. A cidade concentra 90% dos casos de sarampo. Além disso, a secretaria de saú-

de informa que 20 dos pacientes confirmados não tinham registro de vacinação contra a doença.

Mesmo com o fim da campanha, os imunizantes continuam à disposição da população nas unidades básicas de saúde (UBSs), de acordo com o calendário vacinal de cada faixa etária. Por conta da situação epidemiológica local, a imunização sem restrições para quem tem entre 6 meses e 59 anos segue mantida nos distritos de Vila Medeiros, Vila Guilherme e Vila Maria, na zona norte de São Paulo.

Além disso, a chamada "dose zero" contra o sarampo permanece disponível em todas as UBSs para bebês de 6 a 11 meses. A primeira dose não dispensa as doses regu-

lares do Calendário Nacional de Vacinação, aplicadas aos 12 e 15 meses de idade. É preciso guardar um intervalo mínimo de 30 dias entre a "dose zero" e a vacina tríplice viral ou qualquer outro imunizante de vírus vivo atenuado.

O atendimento nas UBSs ocorre de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h. Nas assistências médicas ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, a vacinação também é feita aos sábados e feriados, no mesmo horário. Para checar o estoque de vacinas em tempo real, pacientes podem acessar a plataforma De Olho na Fila. (Agência Brasil)

Sistema Cantareira continua a operar na faixa de alerta em setembro

A ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) e a SP Águas (Agência de Águas do Estado de São Paulo) mantiveram o sistema Cantareira, principal manancial de abastecimento da região metropolitana de São Paulo, na faixa 3, de alerta, em setembro.

A determinação foi tomada porque, durante o mês de agosto, o Cantareira apresentou uma queda de 3,7 pontos percentuais no seu volume, passando de 36,7% em 31 de julho para 33% em 31 de agosto.

Como o volume útil se encontra entre 30% e 40%, a operação do sistema em setembro continuará na faixa de alerta. Com isso, a Sabesp está autorizada a retirar do Cantareira até 27 milhões de litros por segundo (27 mil litros) durante o mês.

Além das residências da região metropolitana da capital, esse volume também abastece Campinas, nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

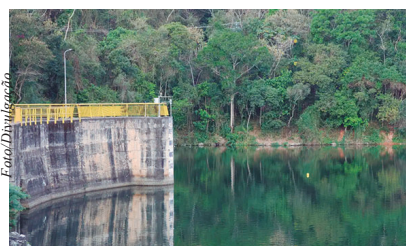
Como medida de mitigação, a ANA autorizou a manutenção da captação de água transposta do reservatório da Usina Hidrelé-

trica Jaguari, na bacia do rio Paraíba do Sul, que abastece o Rio de Janeiro.

Com a autorização, o volume anual máximo de água passível de transposição da usina Jaguari para o reservatório Atibaia, que faz parte do Cantareira, em 2026 passa de 162 hm³ (hectômetros cúbicos, ou 162 bilhões de litros) para até 268,28 hm³, alta de 66%. A medida vale até 31 de dezembro.

Essa tabela de faixas operadas pela ANA é diferente da prevista no contexto da metodologia de gestão hídrica do Estado de São Paulo. Enquanto a da agência nacional se refere apenas ao sistema Cantareira, que também é abastecido por rios de domínio da União, a operada pela Arsep (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) engloba todo o SIM (Sistema Integrado Metropolitaniano), que, além do Cantareira, conta ainda com os sistemas Alto Tietê, Cotia, Guarapiranga, Rio Claro, Rio Grande e São Lourenço.

A tabela da Arsep foi mantida na faixa 2, embora o nível es-



Foto/Divulgação

teja há alguns dias na 3. Se o nível melhorar, a tendência é que haja a progressão de faixa.

Na terça-feira, a Arsep também anunciou que a Sabesp manterá em 8 horas a diminuição da pressão noturna da água nos canos na região metropolitana de São Paulo, para ajudar na resiliência hídrica da região.

A boa notícia é que a frente fria que chegou ao Sudeste nesta terça-feira provocou chuvas volumosas em todo o SIM, dando um fôlego nos reservatórios.

No Cantareira e no Alto Tietê, que representam cerca de 80% do abastecimento da região me-

tropolitana, a Sabesp registrou, apenas neste primeiro dia de setembro, 25,5 mm e 25,4 mm de precipitação, respectivamente. As médias históricas para todo o mês são de 78,8 mm e 57 mm.

Assim, os dois sistemas tiveram um aumento de 0,1 ponto percentual no volume, enquanto o SIM aumentou 0,3 ponto percentual.

Com o fortalecimento do El Niño até o fim do ano, a previsão é de ondas de calor, mas com possibilidade de novas pancadas de chuva que podem ajudar na recuperação dos mananciais. (Folhapress)

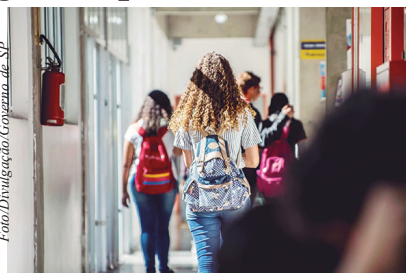
Etecs de SP abrem inscrições para quase 90 mil vagas no primeiro semestre de 2027

O Centro Paula Souza (CPS) abriu na quarta-feira (2) as inscrições para o Vestibulinho das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) para o primeiro semestre de 2027. São mais de 89 mil vagas para ingresso nos Ensinos Médio, Técnico, Integrado e Especialização Técnica, distribuídas em mais de 200 cursos por todo o Estado de São Paulo. As inscrições devem ser realizadas até as 20h do dia 3 de novembro, exclusivamente pelo site vestibulinho.etc.sp.gov.br, mediante pagamento de taxa de R\$ 50. A prova será aplicada em 6 de dezembro.

As oportunidades, ofertadas nas 229 Etecs e nas classes descentralizadas distribuídas em todo o estado, abrangem diversas áreas de formação, como Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Controle e Processos Industriais, e Ambiente e Saúde. As vagas podem ser consultadas na página https://vestibulinho.etc.sp.gov.br/unidades-cursos/, detalhadas por cidade, unidade, curso e período.

Candidatos que precisam de atendimento diferenciado e Pessoas com Deficiência (PCDs) deverão se inscrever entre 2 e 30 de setembro – o resultado desta análise será divulgado no dia 6 de outubro, com possibilidade de recurso entre 7 e 13 de outubro. O resultado dos recursos será divulgado em 21 de outubro.

Já aqueles que solicitaram o benefício da redução da taxa de inscrição deverão aguardar o resultado da análise, que será divulgado a partir das 15h do dia 15 de setembro, para se inscrever no processo seletivo. A concessão do benefício não substitui a inscrição, que deverá ser concluída pelo candidato. Quem receber o pedido com resposta indeferida poderá apresentar recurso entre 16 e 17 de setembro. A resposta ao recurso será disponibilizada no



Foto/Divulgação/Coordenação de SP

dia 29 de setembro.

Como se inscrever

Para fazer a inscrição, o candidato deve acessar o site oficial, criar um cadastro com CPF e senha de segurança, preencher a ficha eletrônica, o relatório socioeconômico e escolher o curso e a unidade de estudo desejada. A inscrição para fazer a prova só terá validade após o pagamento da taxa de participação, via boleto bancário, internet banking ou através da ferramenta getnet com cartão de crédito pelo próprio site. A confirmação da inscrição será enviada por e-mail em até 10 dias após o pagamento da taxa.

No caso dos Ensinos Médio, Técnico (presencial) e Integrado, é possível efetuar até cinco inscrições diferentes. Para cada uma delas, será gerado um novo boleto.

Quem pode se inscrever

Ensino Médio, Ensino Médio Integrado ao Técnico e AMS (Articulação da Formação Profissional Média e Superior); é necessário possuir no momento da matrícula o certificado de conclusão do Ensino Fundamental I, a Declaração de Conclusão assinada por agente escolar ou o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja).

Cursos técnicos: o candidato deve ter concluído ou estar cursando a partir da segunda série do Ensino Médio. Quem concluiu ou está cursando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou realizou o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) precisa apresentar ao menos um destes documentos: Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou declaração de matrícula a partir do 2º termo da EJA; dois certificados de aprovação em áreas de estudos da EJA/CEEJA; boletim de aprovação do Enceja emitido pelo Ministério da Educação (MEC) ou certificado de aprovação em duas áreas de estudos avaliadas pelo Enceja.

Para os cursos técnicos em Enfermagem, Serviços de Restauração e Bar e Viticultura e Enologia, o candidato deverá ter 18 anos completos até 31/01/2027.

Especializações técnicas de nível médio: é necessário ter concluído o Ensino Médio e um curso técnico vinculado à área de especialização. Para a Especialização em Gestão de Projetos, o requisito é ter concluído curso técnico ou superior até 10/01/2027.

Também é permitida a participação de estudantes na condição de treineiros.

As Etecs oferecem computadores com acesso à internet aos candidatos que necessitam de apoio para esta etapa. O interessado deve entrar em contato com a unidade para verificar os horários de atendimento.

Inclusão social

Entre as políticas adotadas pelo CPS para ampliar o acesso às Etecs, está o Sistema de Pontuação Acrescida, que consiste no acréscimo de pontos à nota final obtida no processo seletivo. Neste caso, o benefício concede bônus de 3% a candidatos pretos e pardos e 10% a aqueles que cursaram integralmente o Ensino Fundamental II em escola pública. Quando o estudante se enquadra nas duas condições, o acréscimo chega a 13%. A nota final para os Cursos de Especialização não prevê pontuação acrescida.

O processo seletivo também prevê solicitação de condições especiais para candidatos com deficiência, mediante envio de laudo médico, e o uso do nome social para candidatos transgêneros, mediante indicação no formulário e apresentação da documentação exigida.

Em caso de dúvidas, o candidato pode acessar o "Fale Conosco" do site vestibulinho.etc.sp.gov.br e encaminhar uma mensagem ou entrar em contato com a Central de Informações ao Candidato pelos telefones: (11) 3471-4071, para Capital e Grande São Paulo, e 0800 772 2829 para demais localidades.

Todos os detalhes sobre o Vestibulinho estão disponíveis no Manual do Candidato e na portaria que estabelece as normas do processo seletivo. Todas as informações estão disponíveis no site www.vestibulinho.etc.sp.gov.br/documentos/portaria.asp. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Ex-vereador (PT) José Eduardo Cardozo, ex-ministro/Justiça da Dilma que não conseguiu ser ministro no Supremo, deve estar dando graças a DEUS não estar [aos 67 anos] tendo que engolir [com casca e tudo] o caso Varcora/banco Master

PREFEITURA (São Paulo)

Ex-prefeito Paulo Maluf (Arena e PPB) faz hoje 95 anos. Fachin, atual presidente no Supremo, deu indulto de Natal/2022, extinguindo as penas de prisão [convertida em domiciliar]. Em 2018 perdeu o mandato de deputado federal (PP/SP)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Ex-vereador da capital, Milton Leite inverteu as candidaturas dos filhos Milinho [da ALESP pra Câmara Deputados/as] e Alexandre [da Câmara Deputados/as pra ALESP], visando possível futura indicação a um dos Tribunais de Contas

GOVERNO (São Paulo)

Ex-vereador do Bolsonaro (PL) e eleito por ele como governador, Tarcísio (Republicanos) pode entrar pra história como quem elegeu 2 deputados [Derrite/PP federal e André/PL na ALESP] ao Senado, bancados por quem nem era do Estado

CONGRESSO (Brasil)

Ex-vereador da capital, Milton Leite inverteu a candidaturas dos filhos Milinho [da ALESP pra Câmara Deputados/as] e Alexandre [da Câmara Deputados/as pra ALESP], visando possível futura indicação a um dos Tribunais de Contas

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Se o leitor/a já leu pelo menos um dos livros do 'candidato' (Avante) Augusto Nunes, já percebeu que ele usa e abusa das suas bossas, verves e malemolências pra conquistar corações e vender ainda mais livros na Bial do Livro SP

PARTIDOS (Brasil)

Por mais que algumas 'pesquisas' tentem manipular suas margens de erro, o fato é que está ficando quase impossível manipular pra que Lula (dono do PT) não esteja ora ganhando e ora perdendo nos 'empates' com o Flavio (PL)

JUSTIÇAS (Brasil)

Se o Supremo já tivesse o seu Código [de Ética] e sua Corregedoria [como no STJ, TSE, TST e STM], além dos tribunais estaduais e regionais federais, possivelmente os deuses não estariam em guerra no Monte Olimpo brasileiro ...

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por tornar-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

Vamos comparecer diante Dele com ações de graças, cantando alegres hinos de louvor. SALMOS 95.2

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Produção industrial interrompe 2 meses de queda e sobe 0,2% em julho

A produção da indústria brasileira cresceu 0,2% na passagem de junho para julho. O resultado interrompe dois meses seguidos de queda. Dessa forma, o setor acumula alta de 1,1% ao longo de 2026 e soma expansão de 0,6% nos últimos 12 meses.

Na comparação com julho de 2025, a indústria recuou 0,5%. A média móvel trimestral, que ajuda a identificar a trajetória recente do setor, encolheu 0,8%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada na quarta-feira (2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o IBGE, a variação positiva acumulada em 12 meses (0,6%) representa "ligeira perda de ritmo" em comparação ao acumulado até junho de 2026 (0,7%).

Veja o comportamento da indústria brasileira ao longo do ano, na comparação entre meses imediatamente seguidos: Janeiro: 2,1%; Fevereiro: 1,0%; Março: 0,1%; Abril: 1,2%; Maio: -1,0%; Junho: -1,6%; Julho: 0,2%.

O desempenho de julho deixa a indústria 2,1% acima do patamar pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 15% abaixo do nível mais alto já registrado, alcançado em maio de 2001.



Foto: Acervo/IBGE

Influências

A pesquisa revela que três das quatro grandes categorias econômicas apresentaram avanço de junho para julho:

bens de consumo duráveis: 3,2%; bens de capital: 2,4%; bens de consumo semi e não duráveis: 0,5%.

Das atividades monitoradas pelo IBGE, 13 das 25 tiveram alta entre os meses:

equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos: 12,2%.

produtos alimentícios: 1%; coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis: 1,1%; outros equipamentos de transporte: 11,2%.

produtos do fumo: 11,1%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos: 2,3%.

confecção de artigos do vestuário e acessórios: 2,6%.

Pelo lado negativo, a maior pressão de baixa veio da indústria extrativa, que recuou 1%.

O IBGE acrescenta que outras contribuições negativas relevan-

tes ficaram como impressão e reprodução de gravações (-17,2%), produtos diversos (-9,0%), metalurgia (-1,4%), produtos químicos (-0,8%) e celulose, papel e produtos de papel (-1,3%).

O índice de difusão mostrou que 69,6% dos 789 produtos pesquisados pelo IBGE apresentaram desempenho positivo na passagem de junho para julho. Esse é o segundo maior indicador do ano, perdendo apenas para março (80,6%). (Agência Brasil)

Nestlé vende divisão de vitaminas e suplementos por US\$ 1 bilhão

A Nestlé divulgou na terça-feira (1º) que vendeu a divisão de produtos ligados a vitaminas, minerais e suplementos para o fundo de private equity Yellow Wood Partners por US\$ 1 bilhão (R\$ 5,19 bilhões).

Segundo o comunicado da empresa, a transação ainda deve passar por aprovações de agências regulatórias e a previsão é que seja concluída até o fim do primeiro semestre de 2027.

De acordo com o site oficial da empresa no Brasil, o setor vendido nesta segunda inclui as marcas Nutren, FibreMais e Nestlé Baby&Me. Mundialmente, a marca mais conhecida é o Gardens of Life.

A companhia suíça já anunciou neste ano que vendeu 50% do seu negócio de águas e bebidas premium, que inclui as marcas Perrier, São Pellegrino, Acqua Panna e Nestlé Pure Life, e também se desfez da divisão de sorvetes.

A empresa de investimentos Platinum Equity deve pagar cerca de 3 bilhões de euros (pouco mais de R\$ 17 bilhões) pelas marcas de águas e bebidas, enquanto a divisão de sorvetes foi negociada para a Froneri, com quem já tinha uma joint venture no setor.

"Estamos concentrando nossos recursos nas áreas em que temos a maior vantagem competitiva", afirmou o CEO da Nestlé, Philipp Navratil, que assumiu o comando da empresa em setembro do ano passado. Ele substituiu Laurent Freixe, que foi demitido por um relacionamento romântico não divulgado com uma subordinada da diretoria.

Desde sua nomeação, Navratil anunciou o corte de 16 mil empregos até o fim de 2027 e disse que a companhia deve focar seus negócios nas divisões de café, alimentos, nutrição e produtos para animais de estimação. (Folhapress)

Empresários e banqueiros pedem estabilidade a Lula e se queixam de juros altos

Convidados para um jantar no Palácio do Alvorada, empresários e banqueiros defenderam a necessidade de estabilidade econômica e institucional em jantar oferecido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na noite da segunda-feira (31) em Brasília.

Ao ouvir queixas de seus convidados sobre taxa de juros, inadimplência e o loteamento polifônico de agências reguladoras, Lula acenou com a promessa de corte de despesas, comprometendo-se a perseguir a meta de superávit apresentada pela equipe econômica para 2027.

O governo estima um superávit primário de R\$ 18,6 bilhões em 2027, equivalente a 0,13% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo a proposta de Orçamento para 2027 apresentada na segunda-feira (31). Para honrar a promessa, o governo vai precisar entregar uma melhora nas contas de R\$ 70,6 bilhões na comparação com este ano, quando há um déficit efetivo previsto de R\$ 52 bilhões.

Também para afastar qualquer ameaça à autonomia do Banco Central, Lula afirmou que buscará garantir condições para a queda sustentada dos juros sob condução do BC (Banco Central).

O presidente tomou a iniciativa de negar rumores recorrentes nos bastidores de Brasília de que o chefe do BC, Gabriel Galipolo, estava sendo considerado

um traidor no governo. Segundo relatos, Lula admitiu frustração com o ritmo de queda dos juros, mas disse contar com Galipolo.

Ainda segundo participantes, Lula pregou a necessidade de um compromisso dos outros poderes para o corte de despesas, para eliminar pautas-bomba e outras medidas de impacto fiscal. Ao lembrar que boa parte das despesas é engessada, Lula defendeu o crescimento da economia, chegando a propor que os comensais confissem no consumo das classes C e D.

Convidados mais alinhados ao governo manifestaram preocupação com uma ameaça de instabilidade institucional no Brasil, o que permitiu que Lula apresentasse sua chapa como a garantia de crescimento com estabilidade.

O presidente disse que se sente incomodado ao ser questionado sobre seu compromisso com responsabilidade fiscal. Após ouvir a intervenção do vice-presidente Geraldo Alckmin em favor de um ajuste mais rigoroso, Lula sugeriu que as comparações comessem pelo perfil dos vices.

Ao reafirmar compromisso com responsabilidade fiscal, Lula mencionou os números do governo de Jair Bolsonaro (PL) como prova de seus esforços.

Afinado ao governo, um dos convidados apontou a composição da Alerj (Assembleia Legis-

lativa do Rio) e a atuação das milícias no Rio como uma demonstração do que poderá acontecer em caso de derrota.

Apesar das manifestações de apoio dos presentes, em uníssono, os convidados criticaram a taxa de juros e pediram ao presidente uma maior estabilidade para investir em projetos de desenvolvimento como a exploração de terras raras, do petróleo na Margem Equatorial, além de projetos relativos à transição energética e à reindustrialização.

Entre os banqueiros estavam Luiz Carlos Trabuco Cappi, do Bradesco, Roberto Setúbal, do Itaú Unibanco, e André Esteves, dono do BTG Pactual.

Ao citar o Congresso, Lula criticou emendas impositivas, usando como exemplo o caso de um senador abocanhar emendas num total de R\$ 70 milhões.

Lula também ouviu críticas ao loteamento de agências reguladoras e de órgãos, como o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e a CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Os empresários falaram de entraves burocráticos enfrentados nas agências. Em resposta, o presidente lembrou que o governo depende do Senado para a composição de diretorias, reconhecendo que isso dificulta muito uma gestão integrada entre os ministérios e as agências.

Empresários relataram ao

presidente elevado nível de inadimplência em seus setores, e, segundo relatos, Luiz Carlos Trabuco Cappi, do Bradesco, apontou para a necessidade de convergência das políticas monetária e fiscal.

O empresário Rubens Menin, da MRV Engenharia, tratou do impacto dos juros nos financiamentos do programa Minha Casa, Minha Vida, uma das vitrines da gestão petista, e que estão com inadimplência alta. Eraldo Maggi, do grupo Bom Futuro, também falou do problema do endividamento na agricultura e das linhas de crédito com juros muito altos.

Lula disse que tem consciência e que vai fazer corte de despesas.

Um dos empresários chegou a afirmar que gostaria de andar nas ruas com tranquilidade, e Lula voltou a prometer a criação do Ministério da Segurança Pública. Fora do tema econômico, André Esteves defendeu a segurança das urnas e a lisura nas eleições.

Originalmente, o jantar desta segunda-feira não contaria com a participação de representantes do setor financeiro. Mas a lista de presenças teria sido ampliada após jantar oferecido por Marcelo Kayath, sócio da gestora QMS Capital e ex-diretor do banco de investimentos do Credit Suisse no Brasil, com o presidente Flávio Bolsonaro (PL). (Folhapress)

Entidades pedirão à Justiça que CVM retome exigência de dados de sustentabilidade às empresas

O IDC (Instituto de Direito Coletivo) e a associação SIS (Soluções Inclusivas Sustentáveis) planejam pedir neste mês que a Justiça do Rio de Janeiro anule um pedido de liminar para que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) volte a exigir a divulgação de dados financeiros sobre sustentabilidade.

Conforme a resolução 193/2023, empresas de capital aberto no Brasil seriam obrigadas a publicar relatórios de clima e sustentabilidade a partir de 2027, com base em informações de 2026. Em maio, porém, o órgão publicou a resolução 244/2026 e tornou opcional a publicação dos relatórios. As duas entidades são autoras de uma ação civil pública que questiona a derrubada da norma. Luciane Moessa, diretora executiva e técnica da SIS, diz à reportagem que, caso a Justiça decida invalidar a resolução mais recente, há chance de as companhias serem obrigadas a divulgar dados sobre 2026.

"Considerando que as empresas já estavam se preparando nos primeiros cinco meses do ano, elas já deviam ter levantado várias informações. Eu avalio que, a essa altura, o dano ainda é reversível", acrescenta.

A ação das organizações menciona a falta de consulta pública e de justificativa para a retirada da obrigatoriedade, além de argumentar que se trata de retrocesso ambiental e regulatório. O caso tramita na 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

O juiz Marcelo da Fonseca Guerreiro havia negado um primeiro pedido de liminar e exigido a manifestação da CVM. Em contestação, o órgão afirmou que a ação civil pública não seria o espaço adequado para tratar do assunto.

"A CVM agiu nos estritos limites de sua legítima discricionariedade, de modo que os ajustes normativos promovidos, culminando com a edição da resolução 244, se encontram dentro dos parâmetros legais, pelo que devem ser julgados improcedentes os pedidos autorais", declarou a entidade.

O magistrado exigiu a apresentação do processo administrativo que embasa a resolução 244 e afirmou que o desfecho da disputa depende de análises sobre a violação ou não de dois princípios: da vedação ao retrocesso em tema ambiental e da proteção da confiança legítima dos agen-

tes de mercado.

"Existe uma boa probabilidade, agora que ele [o juiz] viu que a gente trouxe argumentos, que a CVM não trouxe nenhum argumento de peso e que ele já ouviu o outro lado, de ele eventualmente conceder a liminar", diz Moessa.

O juiz aceitou receber a contribuição técnica do Observatório do Clima, rede composta por mais de cem entidades ambientalistas, algo que a diretoria da SIS afirma enxergar como sinal favorável à liminar.

Especialistas viam a resolução 193/2023 como um combate ativo ao "greenwashing" ("lavagem verde", em inglês), prática na qual companhias inflam ou mentem sobre seus compromissos com a preservação da natureza.

O recuo na agenda de sustentabilidade da CVM aconteceu após pressão do setor. A Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) havia protocolado um ofício no final do ano passado pedindo a derrubada das regras ou o adiamento por três anos. O argumento usado era de que a norma traria custo alto às empresas, que poderia chegar a 70% dos gastos em auditoria.

Segundo ofício da CVM divulgado no último dia 27, empresas que já entregaram voluntariamente essas informações não serão mais obrigadas a reportá-las no mínimo três anos consecutivos, ao contrário do que previa a resolução 244.

Conforme a resolução 193, os relatórios teriam de conter dados detalhados sobre ativos vulneráveis aos impactos ambientais e metas de emissões dos gases do efeito estufa. Também precisariam mostrar riscos e oportunidades ambientais que poderiam afetar o fluxo de caixa das empresas, o acesso a financiamento ou o balanço patrimonial.

Os relatórios teriam de citar a porcentagem dos ativos da companhia que estivessem vulneráveis ao clima, além de mencionar os fatores que poderiam impactar as atividades, como a transição energética, e esclarecer se a companhia pretendia alterar os negócios devido às mudanças climáticas. Os documentos deveriam seguir padrões do ISSB (Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade) traduzidos pelo CBPS (Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade). (Folhapress)

Tribunal do Cade vai contra área técnica e aprova compra de central de registros pela B3

O tribunal do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou a compra do controle da CRDC (Central de Registro de Direitos Creditórios) pela B3, ampliando o poder de mercado da Bolsa de Valores brasileira.

A CRDC é uma empresa que atua no registro de ativos financeiros, como duplicatas, CDBs (Cédulas de Crédito Bancário), CPRs (Cédulas de Produto Rural) e notas promissórias. A companhia presta serviços para instituições como bancos, fintechs, fundos de recebíveis, factoring e securitizadoras. O registro permite identificar os direitos creditórios e dar segurança às operações de crédito que têm esses ativos como lastro.

Os conselheiros decidiram dar

aval ao negócio após um acordo firmado com a empresa, que está em sigilo. A área técnica do Cade havia sugerido a rejeição da operação, após identificar que a B3 concentraria ainda mais o mercado.

A CRDC é controlada pela Associação Comercial de São Paulo, que é sua atual única acionista. O negócio em análise pelo Cade prevê que a B3 compre 60% da empresa e estabeleça, ao mesmo tempo, um acordo de parceria com a CRDC e a associação. A operação coloca a B3 em uma posição de destaque na infraestrutura do mercado financeiro, em um segmento no qual a CRDC é uma das empresas que fazem o registro de ativos.

O conselheiro relator do caso foi José Levi, seguido por unanimidade pelos demais três membros do tribunal do Cade, que também entenderam que não há riscos concorrenciais ao acordo firmado.

Em maio, a Superintendência Geral recomendou a rejeição da operação e enviou o caso ao tribunal da autarquia. Para a área técnica, a compra eliminaria um concorrente em mercados considerados concentrados e com barreiras à entrada. O Cade também apontou riscos decorrentes da combinação entre a posição da B3 em diferentes mercados e a atuação da CRDC, incluindo a possibilidade de uso de serviços combinados, descontos e outras estratégias para favorecer a empresa em mercados relacionados.

A CRDC (Central de Recebi-

veis), uma das principais concorrentes da CRDC no mercado de registro de direitos creditórios, contestou a operação.

Juliana Domingues, advogada da CERC no caso e ex-procuradora-chefe do Cade, afirmou que a empresa concorrente sugeriu mecanismos de prevenção de subsídios cruzados para preservar a transparência das tarifas cobradas no mercado, o que foi contemplado pelo acordo aprovado. "A participação do terceiro interessado garantiu a preservação da concorrência nesse mercado", afirmou.

O acordo também prevê que uma cláusula de acompanhamento de seu cumprimento por um agente independente. (Folhapress)

CCJ do Senado aprova PEC que acaba com jornada 6x1

Governo notifica gigantes de vale-refeição por descumprir regras e permitir compra de bebida alcoólica

O Ministério do Trabalho notificou 115 empresas, incluindo gigantes do setor de vale-refeição, por descumprir regras previstas em lei para a alimentação do trabalhador. A pasta prevê multas de até R\$ 50 mil pela violação.

Entre as infrações está a cobrança de taxas consideradas abusivas sobre os estabelecimentos comerciais que aceitam vale-refeição e alimentação, além da permissão de uso do cartão para compra de produtos como bebida alcoólica, itens de limpeza e ração para animais, ou seja, não relacionados com nutrição do trabalhador.

As quatro gigantes do setor de benefícios - VR, Alelo, Pluxee e Ticket Restaurant - foram autuadas na ação por infrações apontadas pela equipe do governo. Já entre os estabelecimentos notificados há restaurantes, supermercados e empresas que concedem benefícios a funcionários.

Em notas enviadas por assessorias de imprensa, as quatro empresas confirmam o recebimento da notificação do ministério, dizem que prestarão os esclarecimentos necessários à pasta e defendem a própria atuação no âmbito do PAT.

A fiscalização do Ministério do Trabalho identificou descumprimento de decreto do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) publicado no fim de 2025, que estabeleceu limite de até 3,6% para taxas cobradas de restaurantes e supermercados por empresas de tickets, com redução de 30 para 15 dias no prazo para que os estabelecimentos recebam os pagamentos pelas transações.

Antes, as alíquotas chegavam a até 8%, o que elevava o custo da alimentação do trabalhador, segundo integrantes do governo ouvidos pela reportagem.

A nova regra mantém ainda a proibição ao rebate, conjunto de descontos e bonificações para as empresas contratantes das bandeiras de vale-refeição e alimentação que levava ao aumento das taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais para compras nestes cartões.

Outro descumprimento, não relacionado ao decreto, diz respeito ao uso indevido dos tickets. Na fiscalização, os auditores detectaram que trabalhadores compravam com os cartões itens não relacionados à alimentação ou refeição, o que viola as determinações do governo para o benefício.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, as companhias de tickets davam benefícios para companhias que não aderissem ao PAT. Entre eles estava a possibilidade de que as empresas de vale-refeição pagassem uma parte dos benefícios oferecidos aos funcionários, como plano de saúde e programas de incentivo à academia.

Pelo PAT, o governo oferece ao empregador acesso a incentivos fiscais, como dedução de até 4% do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas para empresas enquadradas no regime de lucro real. Além disso, todas as beneficiárias do PAT são isentas do recolhimento do INSS

(Instituto Nacional do Seguro Social) e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) sobre o valor do benefício.

Com os vales, as empresas veem oportunidade de ampliar as vantagens concedidas para funcionários a um custo menor. Para muitas delas, pagar integralmente esses tipos de benefícios, incluindo impostos e encargos trabalhistas, seria mais custoso do que não receber os incentivos.

Além da continuidade dos incentivos, as empresas de vale-refeição e alimentação seguem cobrando taxas mais altas e mantendo prazo acima de 15 dias para pagar os estabelecimentos comerciais, segundo o ministério.

Em nota, a Pluxee diz que a posição da companhia está baseada em análise da regulamentação vigente e diz que apresentará esclarecimentos e informações necessários ao ministério.

A Alelo afirma atuar em estrita conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes do PAT e que apresentará justificativas técnicas dentro do prazo legal estabelecido pelos órgãos competentes.

A Ticket diz que apresentará defesa e os esclarecimentos cabíveis dentro do prazo previsto, pelos canais adequados.

Já a VR declara observar a legislação e a regulamentação aplicáveis ao PAT e afirma que os esclarecimentos serão apresentados nos procedimentos próprios, dentro dos prazos e pelos meios previstos na legislação.

Para Rogério Araújo, coordenador-geral do PAT, as empresas entendem que o decreto do Ministério do Trabalho cria regras apenas para as companhias que participam do programa.

Ele diz que as gigantes de vale refeição avaliam que há clientes concedendo auxílios por fora do programa do governo, baseados em regra da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e, por isso, não precisam se sujeitar às determinações da pasta.

"As empresas estavam oferecendo benefícios diferentes: um de acordo com PAT, outro de acordo com a CLT. Só que o decreto se aplica aos dois. Temos um parecer da consultoria jurídica do ministério dizendo isso. Limite de taxa, proibição de rebate, prazo de liquidação, é tudo igual. Essas regras têm que ser cumpridas em qualquer modalidade", afirma Rogério.

Sobre o uso indevido dos tickets, o coordenador ressalta que as empresas teriam mecanismos para impedir as compras indevidas. Ele cita, por exemplo, a suspensão em tempo real de transações consideradas suspeitas por operadores de cartão de crédito.

"Eles sabem o que acontece. É uma questão de vontade de apertar o botãozinho e falar 'isso aqui não vai passar'."

O pagamento das multas pelo descumprimento do decreto pode não ocorrer devido ao processo ainda em suspenso, na avaliação de auditores consultados pela reportagem sob condição de anonimato. Eles defendem também um aumento no valor da multa, que não corresponde ao movimento bilionário das empresas. (Folhapress)

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, na quarta-feira (2), por votação simbólica, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que põe fim à jornada de seis dias de trabalho por um de descanso (6x1). A matéria ainda precisa passar pelo plenário da Casa, em dois turnos de votação.

A PEC 221 de 2019 prevê a obrigatoriedade de descanso remunerado de dois dias por semana, sem redução salarial, e reduz a atual jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, com uma regra de transição de 14 meses.

Dos 27 senadores presentes na comissão, apenas quatro registraram votos contrários: o líder da oposição Rogério Marinho (PL-RN), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Tereza Cristina (PP-MS) e Jaime Bagatoli (PL-RO).

O relator Omar Aziz (PSD-AM) rejeitou todas as 36 emendas apresentadas à PEC, incluindo as propostas para manter a possibilidade de escalas de 6x1 ou jornadas superiores a 40 horas.

"Até porque todas as emendas que foram apresentadas, as 36 emendas, nenhuma pede mais benefício para o trabalhador", justificou o relator.

A PEC foi criticada pelo líder da oposição Rogério Marinho, que reclamou do pouco tempo

para debater o tema e destacou que a proposta traria inflação para a economia.

"Nós vamos gerar, sem dúvida nenhuma, inflação, desemprego e informalidade em nome da perpetuação do projeto de poder", disse o parlamentar potiguar.

Estudos sobre o fim da 6x1 divergem sobre os impactos para a inflação e o Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país).

Rogério Marinho defendeu uma outra PEC, a que cria um regime trabalhista por hora trabalhada, e defendeu as negociações individuais entre patrões e empregados para definição da escala de trabalho.

"Esse projeto vai na contramão da necessidade de darmos competitividade à população, ao país e à sociedade brasileira", criticou.

O líder da oposição ainda apresentou um destaque para limitar o descanso remunerado dos trabalhadores a apenas um dia na semana. Porém, o destaque foi rejeitado pela CCJ.

A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) rebateu os argumentos de Rogério Marinho e citou a pressão de empresários contra a PEC por aumentar direitos dos trabalhadores.

"Toda vez que o Congresso

Nacional busca assegurar direitos trabalhistas, o discurso é o mesmo, a economia vai quebrar, o desemprego vai imperar, a inflação vai ocorrer. Isso é um discurso simplesmente para atender os grandes empresários deste país", afirmou.

A senadora defendeu que a PEC assegure mais dignidade à vida dos trabalhadores, "sobre tudo às mulheres brasileiras, que têm dupla ou tripla jornada de trabalho, e hoje, com a aprovação do fim da escala 6x1, nós vamos dar dignidade, saúde mental e vamos melhorar a produtividade no Brasil".

O senador Jaime Bagatoli (PL-RO) reclamou da "falta de mão de obra" no Brasil e defendeu a jornada flexível por hora trabalhada.

"Está difícil a contratação de funcionário. Nós, patrões, queremos que os nossos funcionários estejam com a melhor qualidade de vida", disse, acrescentando que não tinha como apoiar a PEC.

"Como é que nós vamos reduzir de 44 horas para 40 horas e essa empresa vai ter a mesma produção? Claro que não. Não adianta nós dizermos que não vai aumentar os custos", completou o senador por Rondônia.

O relator da proposta, senador Omar Aziz, lembrou que mes-

mo o PL, partido da oposição, votou majoritariamente a favor da PEC na Câmara dos Deputados e rejeitou a tese de que a redução da jornada vai "quebrar" a economia.

"Quando se criou o 13º salário, diziam que o Brasil ia quebrar, ia ter problema. Depois que se reduziu de 48 horas para 44 horas, também [apontaram] os mesmos problemas. O Brasil é muito forte e tem uma massa trabalhadora que nos dá muito orgulho", disse Aziz.

O relator da PEC do fim da 6x1 ainda criticou os acordos individuais entre patrão e trabalhador, argumentando que não há igualdade de condições nessa relação.

"O assédio ao trabalhador é quando você faz o contato individual. Ou é desse jeito ou ele tá fora. Ai uma pessoa que tá precisando desesperadamente daquele trabalho, vai aceitar. Acordo individual é assédio ao trabalhador, sim! Acordo coletivo, não!", acrescentou.

O relator também rejeitou a emenda que aumentava a regra de transição da PEC de 14 meses para até quatro anos. Foram rejeitadas ainda as sugestões de parlamentares para adiar a implementação da regra para uma lei complementar posterior e para compensações fiscais às empresas. (Agência Brasil)

Comissão aprova MP da taxa das blusinhas: texto segue a plenários

A Comissão Mista do Congresso Nacional que analisa a medida provisória (MP) da "taxa das blusinhas" aprovou, na quarta-feira (2), o texto que zera o imposto de 20% sobre compras internacionais até US\$ 50 (cerca de R\$ 257) feitas pela internet por meio de remessas postais.

A medida agora segue para análise dos plenários da Câmara e do Senado. A expectativa é de que a MP 1.357 de 2026, editada pelo Executivo, seja aprovada nas duas Casas nesta semana, pois perde a validade na próxima terça-feira (8).

Ao defender a aprovação da proposta, a relatora da MP, senadora Leila Barros (PDT-DF), citou a isenção de tributos federais para brasileiros que se deslocam ao exterior e podem adquirir até US\$ 1 mil em compras sem impostos.

"Há uma clara assimetria entre o tratamento das compras internacionais feitas pelos mais ricos e aquelas realizadas pelas famílias mais carentes. Tributar pesadamente essa remessa, ao mesmo tempo em que se preser-

va a generosa isenção de bagagem, equivale a proteger o consumo do mais rico e onerar o do mais pobre", justificou.

Leila Barros fez alterações na MP que chegou do Executivo, acatando emenda que zera o imposto de importação de medicamentos que não tem versão similar no Brasil.

A MP aprovada na Comissão ainda prevê uma redução de 60% para 30% da alíquota de importação para compras de até US\$ 3 mil por remessas postais vindas do exterior.

A mudança prevista na MP foi criticada pelo senador Izalci Lucas (PL-DF), que argumentou que a redução das alíquotas deve prejudicar os produtores nacionais: "Nós somos favoráveis de não taxar. Agora, temos que ter isonomia. Como é que nós vamos incentivar o trabalhador chinês em detrimento do nosso trabalhador aqui?"

Mudanças na MP

A senadora Leila Barros ainda incluiu na MP a previsão de uma avaliação periódica, a ser

feita pelo Ministério da Fazenda, para analisar os efeitos econômicos da isenção proposta.

"A senadora Leila fez a alteração para atender a uma preocupação apresentada pelo setor produtivo e busca garantir dados e transparência para acompanhar os efeitos da política", informou a assessoria da relatora.

A Fazenda deverá apresentar um primeiro relatório em novembro deste ano, com novas avaliações a cada seis meses com informações de indicadores como emprego e renda, competitividade nacional e arrecadação.

A avaliação periódica da política de isenção desbasta importações deve ainda ser acompanhada por setores empresariais de têxteis e vestuário; calçados; acessórios; brinquedos e cosméticos.

O regime de tributação diferenciado para essas compras ainda terão que passar por avaliação anual do Congresso Nacional.

A MP da taxa das blusinhas sofre oposição de setores empresariais nacionais que alegam "concorrência desleal" por parte

de empresas estrangeiras, em especial, da China.

Já o governo argumenta que a medida favorece o consumo popular e contribui para formalizar essas operações, reduzindo a informalidade e a evasão fiscal.

Fiscalização

O relatório da senadora Leila ainda inclui novas obrigações para plataformas digitais e operadores logísticos dessas importações para identificar e combater fraudes.

"Eles deverão garantir a rastreabilidade dos vendedores estrangeiros, monitorar padrões anormais de remessas, manter registros eletrônicos das operações e cooperar com a Receita Federal."

Caso as empresas descumpram as regras de fiscalização, estão previstas penalidades que vão desde a advertência até multa "proporcional às transações envolvendo produtos ilegais, suspensão temporária das atividades e, nos casos graves ou reiterados, proibição de operar no mercado nacional". (Agência Brasil)

Petrobras reajusta preço médio do querosene de aviação em 13,9%

A Petrobras reajustou o preço do querosene de aviação (QAV) em 13,9%, em média. O novo valor entrou em vigor na terça-feira (1º). A empresa atribuiu o aumento a reflexos da guerra no Oriente Médio, que causa problemas na logística da indústria do petróleo.

De acordo com a estatal, o combustível passa a custar, na média, R\$ 0,68 a mais por litro. Nas refinarias da companhia espalhadas pelo país, o novo preço do QAV varia de R\$ 5,44 a R\$ 5,70 por litro.

A variação na comparação com o mês passado chega a 14,34% em São Luís. O menor aumento é de 13,51% em Canoas, no Rio Grande do Sul.

Por contrato, o preço do combustível vendido às distribuidoras é reajustado sempre no dia 1º de cada mês. O QAV é utilizado por aviões e helicópteros.

O combustível responde por cerca de 30% das despesas operacionais das companhias aéreas brasileiras, segundo a Agência

Nacional de Aviação Civil (Anac), órgão regulador do setor.

Efeito a guerra

Desde o início do ano, o QAV subiu 53,3%, o que representa R\$ 1,94 a mais por litro. De acordo com a Petrobras, o reajuste "reflete a elevação das cotações internacionais do Querosene de Aviação, impulsionada pelas tensões geopolíticas no Oriente Médio".

Com o desencadeamento da guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, em 28 de fevereiro, a cadeia logística da indústria do petróleo sofreu perturbações, o que levou à disparada de preços.

O motivo principal é a instabilidade do Estreito de Ormuz, passagem marítima ao sul do Irã. Antes da guerra, 20% da produção internacional de óleo e gás passavam pela região. Com menos oferta de petróleo nos mercados, o preço subiu.

Apesar de o Brasil ser produtor de petróleo, o produto e

seus derivados, por serem commodities (matéria-prima negociada em grandes quantidades), têm o preço definido no mercado internacional.

Parcelamento

Em abril, a Petrobras reajustou o QAV em 55%. Em maio houve alta de 18%. Na ocasião, para suavizar o efeito do encarecimento nos custos das companhias aéreas, a estatal permitiu que as distribuidoras parcelassem o reajuste.

Como houve momentos em que os EUA e o Irã se aproximaram de um acordo, a Petrobras chegou a reduzir o QAV em junho e julho. Mas em agosto, voltou a subir 1,9%, assim como agora em setembro.

A empresa explica que o preço do QAV no Brasil segue "fórmula paramétrica contratual que atua como amortecedor de curto prazo, resultando em ajustes mais moderados do que os observados nos mercados internacionais".

A Petrobras informou que retomou, em setembro, o programa de parcelamento dos reajustes.

"A iniciativa permitirá que as distribuidoras parem o aumento em três parcelas mensais, reduzindo o impacto financeiro", declarou.

A estatal confirmou também que todo volume solicitado pelas distribuidoras está garantido.

Cadeia de venda

A Petrobras comercializa para as distribuidoras o QAV produzido nas refinarias da empresa ou importado. Uma vez comprado pelas distribuidoras, as empresas transportam o combustível e vendem para companhias de transporte e outros consumidores finais nos aeroportos ou ainda para revendedores.

A estatal tem participação de cerca de 85% da produção do QAV, mas o mercado é aberto à livre concorrência, sem restrições para outras empresas atuarem como produtoras ou importadoras. (Agência Brasil)

Anvisa interrompe fabricação de produtos de limpeza da Unilever

Uber demite 10% da equipe para reduzir custos e eliminar níveis hierárquicos



Foto: Roberto Resende

A Uber informou na quarta-feira (2) que cortará cerca de 3.300 postos de trabalho, aproximadamente 10% de seu quadro de funcionários, em uma reestruturação destinada a eliminar níveis hierárquicos, consolidar equipes e reduzir custos.

Os cortes ocorrem após um ano difícil para as ações da Uber, que caíram quase 8% e tiveram desempenho inferior ao do índice S&P 500, em meio às preocupações dos investidores de que empresas de transporte por aplicativo com veículos autônomos, como a Waymo, possam ameaçar a participação dominante da Uber no mercado

norte-americano. A empresa tinha cerca de 34 mil funcionários em todo o mundo no fim do ano passado, segundo seu relatório anual.

As demissões seriam as maiores da Uber desde maio de 2020, quando a empresa cortou cerca de 6.700 postos de trabalho, ou quase um quarto de seu quadro de funcionários, após as restrições impostas pela pandemia derrubarem a demanda pelos serviços de transporte por aplicativo.

As medidas foram anunciadas por meio de um comunicado interno aos funcionários assinado por Dara Khosrowshahi, CEO da Uber. (Folhapress)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) suspendeu, na quarta-feira (2), a fabricação de produtos de limpeza na unidade da empresa Unilever, em Vinhedo, São Paulo.

De acordo com a agência reguladora, o objetivo é assegurar que futuros lotes dos produtos da empresa disponibilizados à população não ofereçam risco à saúde pública. Na unidade são produzidos sabão líquido para lavar roupas e amaciante líquido para roupas, entre outros.

A determinação está na Resolução 3.443/2026 publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira.

A ação é preventiva e foi adotada após inspeção na fábrica de saneantes entre os dias 24 e 28 de agosto em conjunto com o Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo e a Vigilância Sanitária do Município de Vinhedo.

Foram identificadas falhas nas Boas Práticas de Fabricação (BPF), que são requisitos que as empresas devem cumprir para assegurar que a produção conte com sistemas de controle de qualidade adequados.

Entre os problemas percebidos na unidade da multinacional, estão falhas nos controles realizados durante a fabricação e antes da liberação dos produtos e deficiências no monitoramento da água usada na produção. Também foram apontadas fragilidades na investigação e correção de problemas identificados pela própria empresa.

Produtos

A Anvisa esclarece que até o momento não há indicação de contaminação microbiológica ou outros problemas sobre os lotes produzidos na fábrica, e por esse motivo não determinou a suspensão ou do uso dos produtos já fabricados e disponíveis no mercado, nem seu recolhimento.

Fabricante

Em comunicado à população, a Unilever Brasil esclarece que a inspeção resultou "em oportunidades de melhorias em processos de documentação e controle relacionadas às linhas de sabão líquido para lavar roupas e amaciante líquido para roupas".

Foto: Divulgação/Anvisa



A empresa informa que todas as ações determinadas pela Anvisa foram prontamente iniciadas, com a suspensão temporária da produção desses itens, que já estão sendo implementadas as correções e que as demais linhas de produção da unidade seguem operando normalmente dos produtos de cuidados com a casa.

A indústria disse que continua atuando em colaboração com a Anvisa. "[A Unilever] considera os apontamentos parte importante para a evolução contínua de seus processos produtivos e de todo o setor", conclui a

nota institucional.

Fiscalização

A agência reguladora esclarece que essa vistoria faz parte de outras ações integradas de fiscalização sanitária de empresas fabricantes de saneantes, categoria que inclui produtos destinados à limpeza, desinfecção e conservação de ambientes.

Este ano, já foram realizadas sete inspeções em fabricantes, incluindo quatro dos maiores fabricantes do Brasil, conforme contabilizou a Anvisa. (Agência Brasil)

Bienal do Livro de São Paulo terá maior edição de sua história

A 28ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que acontece de 4 a 13 de setembro, no Distrito Anhembi, terá a participação de 350 autores nacionais e internacionais, 269 expositores e onze espaços culturais.

A expectativa é receber mais de 700 mil visitantes, com uma expansão física e uma programação cultural ampliada nesta edição.

A programação será distribuída por 11 espaços temáticos, cada um com identidade própria e curadoria especializada. No total, serão 3.450 horas de programação. Os ingressos estão disponíveis pela plataforma Fever.

Segundo a Câmara Brasileira do Livro (CBL), organizadora do evento, a edição de 2026 consolida-se como a maior da história do evento, refletindo sua evolução como um grande festival cultural e literário.

A Bienal reunirá uma diversidade de autores da literatura brasileira e internacional, contemplando variados gêneros, estilos e públicos. Nomes como Conceição Evaristo, Eliana Alves Cruz, Ruy Castro, Cármen Lúcia, Lília Schwarcz e Fernando Morais são alguns dos destaques programados para esta edição.

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, lançou recentemente o livro *Pela mão do povo — Democracia e voto no Brasil* (editora Bazar do Tempo), em coautoria com a cientista política Heloisa Starling. A obra percorre a história da democracia brasileira por meio das eleições, das leis e dos eleitores, refletindo sobre a construção da

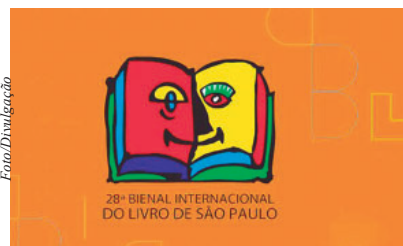


Foto: Divulgação

cidadania e do voto no país. Autoras consagradas da literatura no país, Conceição Evaristo e Eliana Alves Cruz participam juntas da mesa Conceição Evaristo: 80 anos de escrivência, que vai tratar de literatura, memória, ancestralidade e seu conceito de escrivência.

As autoras estarão em mais mesas ao longo da Bienal, com destaque para o bate-papo entre Eliana, Marcelino Freire e Estevo Ribeiro em torno do livro recém lançado *Escrivências* (Pallas Editora). A obra tem origem em um diálogo entre Conceição e Eliana, gravado ao longo de dois dias na Kaza 123, quilombo urbano no Rio de Janeiro, e terá uma versão em documentário, com direção de Estevo.

Autores contemporâneos reconhecidos também marcam presença, incluindo Bethânia Pires Amaro, Itamar Vieira Jr., Aline Bei, Socorro Acioli, Giovana Madalosso, Jefferson Tenório.

A escritora Bethânia Pires

Amaro teve seu primeiro livro, *Ninho*, vencedor dos prêmios Jabuti, APCA e Sesc de Literatura, todos na categoria Contos. Neste ano, ela estreou no romance com *Ressalga* (editora Record). Na obra, ela retorna a história de mulheres que eram profissionais do sexo, entre as décadas de 1950 e 1970, na Ladeira da Montanha, reduto boêmio de Salvador (BA) na época.

Internacional

Entre os convidados internacionais confirmados estão Ana Huang, autora de *Amor Corrompido* (editora Essência) e que tem sua obra disseminada especialmente em comunidades do TikTok; e Alice Oseman, reconhecida no cenário internacional pela série de livros *Heartstopper* (editora Seguinte), que ganhou uma adaptação audiovisual e traz temas ligados à adolescência e LGBTQIA+.

A jornalista Lesley-Ann Jones, que escreveu biografias de David Bowie, John Lennon, Ron-

ning Stones e Freddie Mercury, é um dos destaques desta Bienal. Ela participa dos debates *Freddie Mercury: o que ainda não sabemos* e *Música, memória e legado*.

A Bienal deste ano tem ainda a Espanha como Convidado de Honra, para fortalecer o intercâmbio cultural e editorial com o Brasil.

Com curadoria da escritora Marta Sanz, em um espaço de cerca de 500 metros quadrados, haverá uma programação especial de debates, encontros literários e exposições, apresentando a diversidade da literatura espanhola contemporânea ao público brasileiro.

O evento deste ano marca uma expansão física e operacional, com a maior área já ocupada pela Bienal, passando a ocupar 86 mil metros quadrados, que representa um crescimento de 28% em relação à edição anterior.

A área comercial cresceu 20%, os espaços destinados à programação cultural foram ampliados em 4,7% e a área de alimentação aumentou 8,8%. A reorganização da infraestrutura permitiu ainda a instalação de novos espaços para convivência, experiências culturais e áreas de descanso.

"Mais do que uma feira, a Bienal Internacional do Livro de São Paulo é um grande ponto de encontro do ecossistema do livro. O crescimento da área comercial e a forte adesão do mercado demonstram sua importância como plataforma de negócios, valorização da leitura e conexão entre diferentes públicos", afirmou Sevani Matos, presidente da CBL. (Agência Brasil)

TSE e DPU ampliam assistência gratuita remota nas eleições



Foto: Fábio Rodrigues/VEZOM/ABR

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Defensoria Pública da União (DPU) assinaram um acordo de cooperação na terça-feira (1º) para fortalecer a assistência jurídica remota a eleitores e candidatos que não têm condições de contratar advogados e vivem em locais onde a defensoria não tem estrutura física.

A parceria vai ampliar a atuação do Núcleo Estratégico de Interiorização Eleitoral (Neie) já nas eleições de 2026. A defensoria pública-geral federal, Tarcijany Machado, explicou que o acordo pretende assegurar que a falta de estrutura física do órgão não impeça o acesso à assistência jurídica.

"Precisamos garantir que ninguém que necessite de assistência jurídica gratuita em matéria eleitoral fique desamparado em nenhum canto do país", afirmou.

O objetivo é alcançar especialmente pessoas e grupos que enfrentam maiores obstáculos de acesso à Justiça e à participação política, como povos indígenas, comunidades quilombolas, migrantes, pessoas refugiadas, populações de fronteira, pessoas em situação de rua e mulheres.

O trabalho permitirá o enfrentamento de temas como fraudes à cota de gênero, violência política contra candidatas e eleitorais e assédio eleito-

ral nas relações de trabalho, destacam a DPU e o TSE.

"Não há democracia plena quando o medo ou a violência afasta alguém da vida política", disse a defensora.

Entre as medidas previstas no acordo de cooperação técnica estão a inclusão do núcleo estratégico como destinatário formal das intimações dirigidas à DPU nos sistemas processuais eletrônicos utilizados pela Justiça Eleitoral.

Também foi pactuado o aperfeiçoamento dos fluxos necessários para que defensoras e defensores públicos possam acompanhar os processos e organizar o atendimento jurídico virtual.

O acordo busca ainda ampliar o reconhecimento da atribuição nacional da DPU em matéria eleitoral e do funcionamento do núcleo junto ao TSE e aos 27 tribunais regionais eleitorais.

O presidente do tribunal, ministro Kassio Nunes Marques, assinou a parceria com a DPU e destacou a importância do Neie e de sua integração com a Justiça Eleitoral.

"A criação do Núcleo Estratégico de Interiorização Eleitoral constitui iniciativa de grande relevância para assegurar a presença efetiva da Defensoria Pública da União perante a Justiça Eleitoral em todo o território nacional". (Agência Brasil)

BB passa a usar tecnologia de origem verificada em ligações



Foto: Marcelo Camargo/ABR

Os clientes do Banco do Brasil (BB) contam com um novo recurso de segurança para evitar falsas ligações telefônicas. O banco passou a utilizar a tecnologia de origem verificada para identificar chamadas telefônicas feitas pela instituição.

O recurso, com validação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e das operadoras, permite que clientes reconheçam, na tela do celular, que determinada ligação foi realmente originada pelo banco.

A solução é aplicada às chamadas pelo número 4003-3001, usado por agências, escritórios de negócios, Serviço de Atendi-

mento ao Consumidor (SAC), centrais de relacionamento e outras áreas de atendimento do BB.

Segurança

Desenvolvida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a tecnologia valida, em tempo real, a autenticidade dos números usados em ligações telefônicas.

O sistema usa uma assinatura digital associada ao número do banco. Antes de a chamada chegar ao cliente, a operadora verifica essa assinatura. Quando a autenticação é concluída, o celular pode exibir uma identificação indicando que a ligação foi feita

pelo Banco do Brasil.

A iniciativa busca contribuir para o combate a fraudes telefônicas e às chamadas automatizadas indevidas, conhecidas como robocalls.

Atendimentos

O telefone continua sendo um dos principais canais de relacionamento entre o banco e seus clientes.

Segundo o BB, em 2025 foram registradas, em média, 2,3 milhões de chamadas receptivas por mês, feitas por clientes ao banco. Além disso, o BB fez 1,5 milhão de chamadas ativas mensais a clientes.

Durante os testes da tecnologia de origem verificada, a identificação das chamadas contribuiu para um aumento de aproximadamente 30% na taxa de atendimento.

Funcionamento

O recurso é gratuito e não exige a instalação de aplicativos. Para o funcionamento completo da tecnologia, o BB recomenda que o celular esteja conectado a uma rede 4G ou 5G.

A forma como as informações

aparecem na tela pode variar conforme o modelo do aparelho e a operadora utilizada pelo cliente.

Golpes

Apesar da identificação das chamadas, o banco reforça que os clientes devem permanecer atentos a possíveis tentativas de fraude.

Durante ligações telefônicas, o Banco do Brasil não solicita: instalação de aplicativos; acesso a sites externos; senhas; códigos de autenticação; dados pessoais; acesso remoto ao celular.

Em caso de dúvida sobre a autenticidade de uma ligação, a orientação é encerrar o contato e procurar os canais oficiais da instituição.

Canais oficiais

O BB orienta os clientes a utilizarem os seguintes números para atendimento: 4004-0001 — capitais e regiões metropolitanas; 0800 729 0001 — demais localidades.

O banco destaca ainda que o 4004-0001 é usado apenas para receber chamadas. Portanto, se esse número aparecer como originador de uma ligação, a recomendação é desconectar e encerrar o contato. (Agência Brasil)